

Pesquisa em Debate

**LUGARES DE MEMÓRIA: O PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO
IPIRANGA E O MUSEU PAULISTA¹**

**PLACES OF MEMORIE: THE STATE PARK OF FOUNTAINS OF IPIRANGA
AND MUSEUM PAULISTA**

Marília Gomes Ghizzi Godoy

Doutora em Psicologia Social pela PUC e professora da Universidade São Marcos

Sandra Farto Botelho Trufem

Doutora em Biologia pela USP e professora da Universidade São Marcos

¹ Este artigo integra-se aos Programas de Estudos do Grupo de Pesquisas Ouviram do Ipiranga, do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Educação, Administração e Comunicação da Universidade São Marcos, do qual fazem parte ambas as docentes

Resumo

A extensa área de preservação e de educação ambiental representada pelo Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI), na cidade de São Paulo, torna-se contrastante com a área urbana, polarizada pelo Museu Paulista, no percurso do riacho Ipiranga. Os valores de memória representados pela Independência do Brasil os quais ordenam representações épicas do riacho, que tornam-se distintas nas suas nascentes, diante da crise ambiental do século XXI.

Palavras chaves: PEFI, Museu Paulista, educação ambiental, riacho Ipiranga, lugares da memória

Abstract

The large area of preservation and environmental education represented by the State Park of Fountains of Ipiranga, in the city of Sao Paulo, becomes contrasting with the urban area, polarized by the Museum Paulista, in the course of the stream Ipiranga. The memory values represented by the Independence of Brazil, which ordered epic representations of the stream, become distinct in its sources, given the environmental crisis of the XXI century.

Key words: State Park of Fountains of Ipiranga; Museum Paulista; environmental education; stream Ipiranga; places of memory.

Introdução

A região do Ipiranga, na área urbana da cidade de São Paulo, tornou-se um centro de vida moderna, de iniciativas nos campos econômico, educativo e de saúde desde os inícios do século XX. O crescente sentido de urbanização ocorre como tendo marca de valor o Museu Paulista e o seu contexto de influências ligadas ao mundo civilizatório e à educação.

O universo simbólico desenvolvido no bairro paulista Ipiranga teve como motor as iniciativas políticas que se encaminharam a uma compreensão da independência, configurada na formação do estado da nação brasileira e a projeção da cidade de São Paulo. Dirigindo-se à realização do Museu Paulista, ordenou-se um sentido de movimento nacional que se constituiu em “um lugar de memória”, conforme Nora (1984). Lembremos que para esse autor os contornos atuais dos lugares de memória projetam-se pela atuação dos Estados–Nação que, para se legitimarem, elaboram um passado comum para todos os seus cidadãos (Nora, apud Franco, 2008: 14).

O riacho Ipiranga (y= rio; piranga = vermelho, em tupi) foi contextualizado como marca dos antigos acontecimentos do grito. Ele impõe-se dinamicamente na construção de um ideário que se projeta com uma intemporalidade própria. O reforço constante da história nacional nos atos comemorativos dos 7 de setembros atravessa a realidade de forma complexa.

Em primeiro lugar, precisamos entender a dinâmica formadora do espaço simbólico, lugar da memória, a inserção do Museu no riacho em uma época onde a definição do progresso era uma medida concentradora de valor. Pergunta-se também como o processo civilizatório que circunda as iniciativas e contexto simbólico do Museu se expande no local. Em seguida, exploramos dados descritivos do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI). Em contraste com a construção da memória nacional e a consolidação do Estado–Nação, a formação do PEFI constrói-se por valores de preservação ambiental. Estes, na atualidade, projetam-se como um reduto de vida natural, onde a educação e o meio ambiente possibilitam a formação de uma consciência crítica frente à visão de progresso, própria da contextualização do riacho no seu percurso épico.

Não restam dúvidas do caminho que o Ipiranga favorece como brado, grito da independência, em uma direção inversa ao contexto civilizatório no seu engendramento de crise ambiental: o PEFI.

Caracterização do Ipiranga na época colonial: uma vida rural

A região do Ipiranga destacou-se, na época colonial, pela sua situação geográfica, localizada entre a capital e o litoral. Registram-se no local dados sobre a presença de indígenas das etnias tupiniquins, tamoios e guaianás, e de conflitos entre eles e os viajantes no itinerário litoral/capital.

A trilha dos tupiniquins, que seguia o vale do Tamanduateí e de onde se avistava o antigo núcleo Santo André da Borda do Campo, percorrida pelos viajantes, foi abandonada. O trânsito passou a ser realizado pelo Caminho do Mar, por volta de 1560, local conhecido por ser a trilha dos guaianás e percorrido por Anchieta (Caminho do Padre Anchieta).

Nos séculos XVI e XVII, essa região ganhou prosperidade em função de uma dinâmica na produção agrícola e pecuária, que aí se desenvolvia.

Destacava-se o núcleo Santo André da Borda do Campo, onde João Ramalho e o chefe tupiniquim Tibiriçá centralizavam o movimento entre tropeiros e viajantes. Destacou-se também o aprisionamento de indígenas. Atingia-se, pelo Caminho do Mar, o comércio com o Rio de Janeiro, através de São Vicente.

Em 1789, a instalação da Calçada do Lorena tornou a estrada para o litoral mais acessível, permitindo maior afluência do tráfego. Aí se estabeleceram os pousos de tropas, os quais permaneceram até o século XIX.

Entre as fazendas da região, as que resultaram de doações a congregações religiosas, adquiriram maior importância na região que vinha sofrendo perdas durante os séculos XVII e XVIII, com o deslocamento das atividades econômicas para as regiões das minas.

A área marcada inicialmente pela presença de João Ramalho e pelo riacho do *y-piranga* surgiu uma casa de pouso para abrigo de tropeiros. Inseriu-se ela nos registros da proclamação da independência, no século XIX.²

O Ipiranga: “lugar da memória”

No início do século XIX a região tornou-se o palco da proclamação da Independência, por D. Pedro I, em sete de setembro de 1822.

Admite-se que a Proclamação da Independência foi se tornado um fato marcante como representação histórica no contexto nacional. Construiu-se, em relação ao local geográfico, um conjunto de idéias que se coordenaram para a formação do “lugar de memória” e criação mítica do ideário da independência e liberdade do Brasil.

Alguns anos após a independência, surgiu a idéia de erguer um museu comemorativo. Para a vinda de D. Pedro II a São Paulo ergueu-se um pavilhão de descanso no local, um singelo coreto para recepcionar o imperador. Durante anos, esta foi a única obra no local.

Nos finais dos anos oitocentos, ocorreu uma dinamização da obra. Realizaram-se consórcios de subvenção, concursos sobre o projeto arquitetônico e representação da estátua do imperador.

O museu encaminhou-se para sua inauguração em 1895.

Uma criação do “lugar da memória” projetou-se pelo sentido público e institucional que a nação consolidava em sua expressão monumento.

O riacho Ipiranga tornou-se parte integrante das marcas épicas que as elites letradas articularam durante os dois reinados regenciais.

Foi a tela de Pedro Américo “Independência ou morte”, pintada entre 1886 e 1888, que legitimou o local, o riacho Ipiranga, como contexto simbólico e épico da independência. Ao ver de Franco (2008, p. 131)³,

² Godoy & Etchebéhère Junior, O Museu Paulista e a formação de um espaço de modernidade no bairro do Ipiranga. Revista Pesquisa em Debate. Universidade São Marcos 4: 99-100.2006

³ Franco, P. O riacho do Ipiranga e a Independência nos traços dos geógrafos, nos pincéis dos artistas e nos registros dos historiadores (1822-1889). Dissertação de Mestrado

a tela de Pedro Américo, que retrata o brado e sua ocorrência diante do riacho do Ipiranga, conseguiu o que nenhuma outra representação artística fizera nos oitocentos: unir, indelevelmente, local, fato e personagem. O riacho do Ipiranga entrara, de uma vez por todas, na memória nacional.⁴

Figura 1. “Independência ou Morte” ou “O Grito do Ipiranga” de Pedro Américo (1888).



Fonte: http://fotolog.terra.com.br/lourdes_eli:2; acesso em 19/09/2009

O mesmo podemos entender com a letra do Hino Nacional:

Ouviram do Ipiranga às margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante⁵

A vinda do Museu também orientou a presença da cultura brasileira e a modernização da província.

⁴ O quadro de Pedro Américo “Independência ou morte” foi pintado entre 1886 e 1888, quando foi inaugurado em Florença, com a presença do Imperador e da Rainha Vitória da Inglaterra. Tornou-se a representação mais conhecida da Independência. Consta que Pedro Américo, como um geógrafo viajante, visitou o riacho e a colina do Ipiranga, antes de realizar a obra.

⁵ Joaquim Osório Duque Estrada, Hino Nacional Brasileiro, 1909.

O Museu Paulista, marco comemorativo da independência, iniciou-se após a independência, embora sua inauguração tenha ocorrido apenas em 1895.

Inicialmente, orientado para o campo das ciências naturais, o museu foi aos poucos adquirindo uma marca histórica. Esta dinâmica ficou mais acentuada como o deslocamento do Museu de Zoologia em espaço anexo, nos anos 30.

O clima da cultura brasileira dessa época salientava a proposta científica de dar apoio aos evolucionistas e darwinistas, como expressa Lilia Schwarcz (1993). O museu permitia um diálogo com o exterior; ele introduzia a presença da ciência e da ideologia do progresso como foco de sua projeção.

A tendência histórica que tomou o rumo da Instituição no início e meados do século XX caracterizou-se pela dominância do ambiente paulista ligado a suma situação de nativismo pós-republicano e á criação de uma tradição definidora de traços da São Paulo antiga, conforme indica Alves (20010: 28-29).

Registra-se nessa dinâmica de projeção do Museu Paulista a inauguração do monumento, o que ocorreu no primeiro centenário da Independência. Em 1963 o Museu foi incorporado a administração da USP.⁶

O cenário de urbanismo e modernidade passou a ser configurado no bairro do Ipiranga, conforme estudo realizado por uma das autoras (Godoy & Etchebéhère Júnior, 2006). Destacam-se a presença de imigrantes italianos, espanhóis e árabes que deram início à indústria de fiação e tecelagem. Com o objetivo de ligar o Museu ao centro da cidade, desenvolveu-se a linha de bonde (1892). O percurso notabilizou-se com iniciativas de arruamento e urbanização em 1922. A Via Anchieta foi autorizada durante o Estado Novo (1934), mas só se efetivou no pós guerra. A pista ascendente data de 1947 e a segunda, de 1953. Temos registrada a obra do Conde José Vicente de Azevedo, representada pela Instituição de Educação e Assistência Social que se projetam de forma moderna e constroem também espaço particular de filantropia no bairro (Godoy & Etchebéhère Júnior, 2006).

O sentido de independência que se incorporou entre os paulistas moradores no bairro e que se projetou na educação como forma emancipadora do modo de vida urbano, tornou-se em centro de expressões humanas e definição do estilo de vida moderno.

⁶ Godoy, M.G.G. & Etcheberéhère Junior, L. 2006. O Museu Paulista e a formação de um espaço de modernidade no bairro do Ipiranga. Pesquisa em Debate, 4. p. 100.

Durante todo o século XX a dinâmica apresentada criou um cenário de modernidade, expansão e progresso.

No entanto, o destaque dessa dinâmica e de idealização do desenvolvimento em vários movimentos aponta para um sentido contestatório e crítico da modernidade. A inconsistência no cumprimento das promessas civilizatórias projeta-se como um mal estar gerado pelo próprio progresso ocidental, como assinala Souza Santos (1989).

Neste ponto é que propomos uma análise do PEFI, uma situação distinta do cenário da independência. Ao ver das autoras, ele permite caracterizar sua situação de valorização ambiental que merece uma reflexão diante do passado épico e de um futuro sob a emergente crise da modernidade, da qualidade de vida que vigora na cidade, na capital paulista.

O PEFI e suas origens

O atual Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI) teve suas origens a partir de uma área de cerca de pouco menos de 7 milhões de m², que foi desapropriada pelo Governo do Estado de São Paulo, na última década do século XIX, com a finalidade de preservar os mananciais existentes na área. Esta era ocupada por sitiantes e fazendeiros, que cultivavam pequenas roças e plantações mais extensas de café. A desapropriação garantia melhores possibilidades de manutenção adequada das águas da Bacia do Ribeirão Ipiranga.

Deixada a área sem a intervenção antrópica, possibilitou-se que a Mata Atlântica se regenerasse, até que, em 1928, o governador do estado, Dr. Fernando Costa, designou Frederico Carlos Hoehene, botânico e orquídefilo amador, para instalar na área um Horto Botânico, que veio a transformar-se no que hoje se conhece por Jardim Botânico de São Paulo.

As funções da área para captação de água para abastecimento para a população da região foram encerradas em 1930, mesmo por que o volume disponível era pequeno e a região voltava a apresentar pressão antrópica, desta feita em virtude da urbanização ao seu redor. Testemunho desse período de área de manancial é o Portão Histórico, que ainda hoje

figura nas dependências do Jardim Botânico, na área de visitação pública. Esse portão dava acesso à área do parque, e marcava a administração da antiga DAAE, ou seja, Departamento de Águas e Esgotos.

Em 1938, a área recebe o nome de Instituto de Botânica, abarcando tanto o Jardim Botânico, destinada à visitação, como uma área fechada ao público, esta destinada às instalações físicas para a pesquisa científica em diversas áreas da botânica. Existia ainda uma área de preservação ambiental, com mata atlântica já regenerada.

De 1939 para os anos atuais, a área passou por diversas reformulações relativas às suas finalidades e ocupação, de tal modo que, paulatinamente, foram se instalando em seus domínios vários órgãos e entidades, como Instituto Astronômico e Geofísico (IAG), em 1946 e depois transferido para a USP; em 1957, instalou-se o Hospital Psiquiátrico e o Departamento de Assistência aos Psicopatas; em 1958, criou-se a Fundação Parque Zoológico de São Paulo; em 1963, o IAG, transferiu mais uma área para a Fundação Parque Zoológico.

Em 1969, a área passou a denominar-se Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI).

A partir de 1970, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo apropriou-se de parte do PEFI e para ele transferiu sua sede administrativa, além de inúmeras outras dependências, como o Instituto Geológico e o Centro de Eventos e Exposições Imigrantes.

A construção da Rodovia dos Imigrantes, também no início dos anos 1970, acabou por passar dentro da área do PEFI. Assim, além de promover a sua fragmentação, a DERSA acabou por se apropriar de alguns de seus remanescentes. Hoje alguns desses remanescentes estão situados para além das faixas de rodagem do que é hoje a Avenida Ricardo Jafet e encontram-se até invadidos pela população da área.

Em 1972 criou-se o Parque Simba Safári, atual Zoo Safári, em área já sob a jurisdição da Fundação Parque Zoológico que, por sua vez, era parte do PEFI.

Em 1974, a Fundação do Bem-Estar do Menor, ou a antiga FEBEM/SP, passou a utilizar, a título precário, um fragmento da área, lá permanecendo até 2001, quando a mesma foi transferida para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento. No local foi

construído o Centro de Esportes, Cultura e Lazer, que oferece para a população um complexo esportivo e um infocentro, com acesso gratuito à internet, além de cursos profissionalizantes. Por essa ocasião, mais uma área foi cedida para o 97º Distrito de Polícia Militar e o 2º Batalhão da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo.

O pefi: uma experiência de preservação ambiental

Assim, hoje o PEFI conta com área de 526,38 ha (ou cerca de 5,26 milhões de m²), representando um dos mais relevantes fragmentos de Mata Atlântica urbanos do Brasil, com reserva de fauna e de flora, além de abrigar as nascentes do históricas do riacho do Ipiranga.

Na área de visitação pública do PEFI, tem-se o jardim Botânico de São Paulo, que coloca a disposição da população área de 360.000 m² (o Parque do Ibirapuera tem 1.584.000 m²) onde se instalam duas estufas com réplicas de vegetação de mata atlântica, museu botânico, lagos artificiais com exuberante vegetação aquática, extensos gramados, bosque de palmeiras, bosque de mata atlântica, mostra de vegetação de brejo, jardim japonês, bosque de pau Brasil, obelisco em lago represado com as águas das nascentes do riacho Ipiranga, construção de taipa denominada Castelinho, integrada ao ambiente natural circundante, dentre outras.

Uma das mais recentes áreas disponibilizadas ao público constitui o córrego Pirarungáua, um dos formadores do riacho Ipiranga, sob um “deck“ de madeira, com 240 metros de comprimento, que permitiu a exposição do córrego, após permanecer canalizado por mais de 70 anos.

Além desta, tem-se a trilha elevada sobre as nascentes do riacho Ipiranga. Esta se trata de uma passarela dentro da mata, com cerca de 360 m de comprimento e cerca de 4 m de altura do chão, ziguezagueando pelo trajeto. Acompanha nascentes do riacho Ipiranga e colocam o visitante em contato íntimo com a natureza. Existe mesmo a possibilidade de se ver macacos brincando nas árvores, além de grande número de aves.

No referente às nascentes existentes em sua área, cabe salientar que o PEFI abriga 24 olhos d'água, que se juntam para formar vários córregos, que, por sua vez, abastecem os

diversos lagos artificiais, como Lago das Garças, das Ninféas, e acabam por formar o riacho Ipiranga (Fernandes et al., 2002.p. 60).

As nascentes do riacho juntam-se sob a Rodovia dos Imigrantes, percorrendo cerca de 7 km de córrego canalizado, porém a céu aberto, até chegarem à frente do Museu Paulista. Em seu trajeto o riacho percorre toda a extensão das avenidas Ricardo Jafet e Abrahão de Moraes, dividindo suas pistas nas mãos de sentido centro e bairro (Barbosa et al., 2002. p. 18-19).

Essas águas, ainda dentro do PEFI, vêm sendo mensalmente monitoradas quanto às suas características químicas, desde 1997. Esse acompanhamento permite constatar que suas águas vêm recebendo cargas poluidoras relacionadas com atividades das indústrias que circundam a região, assim como despejos clandestinos de esgotos industriais e domésticos, o que significa que o riacho Ipiranga já escoar de seu berço com qualidade questionável (Carmo et al., 2002. pp. 280; 283).

Em seu trajeto até chegar ao Museu Paulista, o córrego Ipiranga atravessa área densamente povoada em ambas as suas margens. Tratando-se de área urbana, a mesma encontra-se bastante impermeabilizada, o que acarreta freqüentes inundações em suas margens, por ocasião das chuvas de verão na cidade. Constata-se ainda o despejo de esgotos clandestinos em seu leito.

As ações da Prefeitura da cidade tem se limitado a realização de obras de retificação de seu curso, mas não do restabelecimento da qualidade de suas águas.

Nada disso, no entanto, obscurece o sítio histórico do brado da Independência do Brasil, e nem minimiza a simbologia que carregam as nascentes e o trajeto do pequeno riacho vermelho.

Considerações finais

Entende-se que a construção da memória nacional e da consolidação do Estado Imperial projetaram o Museu Paulista como o berço do Estado Nacional. O local fundador do Museu, o riacho, o bairro, tornaram-se focos representativos do acontecimento épico. As construções do passado e de uma tradição civilizatória recriaram-se como conhecimentos

socialmente elaborados e compartilhados. O passado nacional apreendido como memória introduziu-se como lembrança e transmissão de valores.

Enxergando-se no local o nascedouro do Brasil, as definições dos marcos que se ocupavam publicamente tornaram-se um foco construtor da idéia da elite paulistana. As agendas do século XXI despertam-se por um sentido crítico e ameaçador dos desenvolvimentos e modernização. De um ponto de vista emancipador e replicando a trajetória épica do museu, as autoras situam a formação e a caracterização do PEFI. Nele podemos encontrar um espaço de vitalidade e de valorização da natureza, considerados fundamentais para a nossa vida urbana na cidade de São Paulo e como um desafio e instrumento para a educação Ambiental e a preservação da natureza no século XXI.

Bibliografia

- BARBOSA, Luiz Mauro, POTOMATI, Adriana & PECCININI, Alejandro Alvarado. O PEFI: histórico e legislação pp. 15-28. IN BICUDO, Denise Campos de, FORTI, Maria Cristina & BICUDO, Carlos Eduardo de Mattos (orgs.). Parque Estadual das Fontes do Ipiranga: Unidade de Conservação que resiste à urbanização de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. 2002. 351p.
- FRANCO, Pablo Endrigo. O riacho do Ipiranga e a Independência nos traços dos geógrafos, nos traços dos artistas e nos registros dos historiadores (1822-1889). Dissertação do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília. 2008. 148p.
- FERNANDES, Amélia João, REIS, Luiz Augusto Mota dos & Carvalho, Adilson. Caracterização do meio físico. pp. 49-62. IN BICUDO, Denise Campos de, FORTI, Maria Cristina & BICUDO, Carlos Eduardo de Mattos (orgs.). Parque Estadual das Fontes do Ipiranga: Unidade de Conservação que resiste à urbanização de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. 2002. 351p.

- GODOY, Marília G. Ghizzi. Reflexões sobre o Museu Paulista como representação no Bairro do Ipiranga. In AJZENBERG, E. (coord). Estética USP 70 anos. São Paulo: Programa Interunidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, p. 261-265, 2004.
- GODOY, M. G .G. & ETCHEBÉHÈRE JUNIOR, L. O Museu Paulista e a formação de um espaço de modernidade no bairro do Ipiranga. Revista Pesquisa em Debate. Universidade São Marcos no. 4, jan-jun. 2006: 98-107.
- SOUZA SANTOS, B. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de janeiro: Graal. 1989.